

70º Período de Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas
Nova Iorque – Estados Unidos da América
16 a 20 de novembro de 2015



RELATÓRIO DE MISSÃO OFICIAL

Participei do 70º Período de Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, na cidade de Nova Iorque, EUA, na semana dos dias 16 a 20 de novembro de 2015, com especial interesse nas atividades da Terceira Comissão – assuntos sociais, humanitários e culturais.

Dia 16 de novembro

Acompanhei a 47ª reunião da Terceira Comissão, dedicada inteiramente ao Informe do Conselho de Direitos Humanos, apresentado pelo Presidente do Conselho de Direitos Humanos, seguido de um debate geral.

Dia 17 de novembro

Durante a 48ª reunião da Terceira Comissão foram abordados os seguintes temas: (1) Direito a autodeterminação dos povos; (2) Promoção e proteção dos Direitos Humanos: incluindo alternativas de promover efetivamente os direitos humanos e as liberdades individuais; (3) Desenvolvimento Social: incluindo questões relativas a situação social dos jovens, idosos, portadores de necessidades especiais e a família; (4) Promoção e proteção dos Direitos humanos:

implementação dos instrumentos de direitos humanos; (5) Prevenção do Crime e Justiça Criminal.

Acompanhei o debate aberto do Conselho de Segurança da ONU sobre segurança, desenvolvimento e as causas profundas de conflitos, que teve a participação do Brasil. Na oportunidade, o Embaixador Antonio de Aguiar Patriota sublinhou a interdependência entre segurança e desenvolvimento, noção propugnada há anos pelo nosso país. Observou, contudo, que agendas militaristas de nações industrializadas representam fontes mais significativas de instabilidade do que a pobreza em si. Destacou, ainda, a necessidade de enfrentar as causas profundas de conflitos, inclusive questões socioeconômicas, violações de direitos humanos e fatores estruturais de instabilidade – como a persistência de arsenais nucleares, o uso unilateral da força e a contínua ocupação da Palestina.

Eis, a seguir, a locução do Brasil no Conselho de Segurança, pelo Ministro Antonio Patriota:

"Mr. President,

I wish to present our heartfelt condolences to France, Lebanon and the Russian Federation, who have been brutally victimized by terrorism in the last few days.

Thank you for organizing this open debate. I also wish to thank Secretary-General and the Chair of the PBC for their presentations. Let me congratulate Madame Bouchamaoui for the vital contribution of the Tunisian National Dialogue Quartet to ensure peace and democracy in Tunisia.

Mr. President,

Brazil has long upheld the notion that development and security are closely interconnected, mutually reinforcing, and central to the achievement of lasting peace. Experience demonstrates that achieving development leads a country to strengthen its commitment to peace and stability. This positive link was the subject of an open debate promoted by our most recent presidency of the Security Council, in February 2011.

Yet the relationship between security and development cannot be understood from a simplistic perspective. We should clearly reject any notion that poverty itself might constitute a threat to peace.

One should not lose sight of the fact that the gravest threats to international peace and security, including world wars, have historically risen from tensions between developed industrial nations. Militaristic agendas and the unilateral use of force are far more significant sources of instability than poverty per se.

Mr. President,



A broad and strong consensus has emerged on the centrality of conflict prevention to the promotion of peace, as stated by the Secretary General in his latest report on the matter. This issue was also highlighted by all three High-Level Reviews conducted this year, since preventive approaches are consistent with more efficient peace operations, more comprehensive peacebuilding efforts and more empowering initiatives on the women, peace and security agenda.

Adopting a multidimensional approach to conflict prevention is therefore a wise strategy. Traditional instruments to solve disputes and avert wars, including mediation, good offices and conciliation measures, remain essential.

Preventive diplomacy, nevertheless, goes far beyond these tools. Understanding and tackling the root causes of conflict is a key step in preventing the emergence of new hostilities.

While every crisis derives from a specific context, some challenges are particularly frequent, including economic and social inequality, disputes regarding the ownership of land and natural resources, human rights violations, the insufficient participation of women and the marginalization of minorities and vulnerable populations.

Other structural factors, often linked to the behavior of developed countries, contribute to international instability. In order to genuinely face the underlying causes of conflicts, the Security Council should also consider measures to control the flow of arms, to promote nuclear disarmament, to ensure respect for Charter provisions concerning the use of force, to enforce withdrawal from illegally occupied territories, and to expand the participation of developing countries in the Council's deliberations.

A situation that deserves particular attention in this regard is the extreme case of "de-development" that is taking place in Palestine as a result of our collective inability to translate into reality our commitment to a two-State solution. The national report submitted by Palestine to ECOSOC in 2014 unveils the root causes of a protracted conflict which requires priority attention from this Council.

Mr. President,

Discerning among the root causes of conflict is a complex endeavor that should not be confused with the attainment of a development agenda.

The first "silo to be broken down" by this debate is the erroneous perception that only developing countries need to build peaceful and inclusive societies.

Moreover, the different challenges faced by all countries in areas related to public order should not be interpreted as threats to peace, security or stability. In this regard, it is worth stressing the key legal and practical distinction between "conflict" and "violence".

The notion of "conflict" describes a politically motivated situation that might represent a threat to international peace and security. Response to conflict may involve instruments associated with collective responsibility or security. The concept of "violence", on the other hand, can relate to a purely domestic challenge, within the realm of public security and subject to national laws.

Although international cooperation, upon request, can be a useful tool to curb violence, we are dealing with different spheres of responsibility – to which different remedies should be applied. In other words, the Security Council is not mandated, for instance, to reduce high levels of homicide rates or criminality in a given country.



From the point of view of International Humanitarian Law, the Geneva Conventions, which apply to conflict, prescribe as a rule that force – when resorted to – must observe the criteria of proportionality. Conversely, in situations of domestic violence, different criteria apply: every casualty or injury caused by a State public agent must be accounted for according to domestic penal laws.

Utmost care must be taken not to bring issues of internal public order into a body that deals with conflict and threats to international peace and security. This mistaken approach could exacerbate problems rather than helping to solve them.

Mr. President,

Having engraved the principle of peaceful settlement of disputes into our Constitution, Brazil will continue to contribute towards a virtuous cycle aimed at ensuring security and development in our region and beyond. We are proud to belong to a Zone of Peace, as defined by the Community of Latin American and Caribbean States.

In conclusion, allow me to reiterate the longstanding commitment of Brazil to prevention of conflict through dialogue, diplomacy and development.

Thank you."

Dia 18 de novembro

Durante a 49ª reunião da Terceira Comissão foram abordados os seguintes temas: (1) Promoção e Proteção dos Direitos Humanos: questões de direitos humanos, incluídos outros meios de melhorar o seu uso efetivo e as liberdades fundamentais; (2) Promoção e Proteção dos Direitos Humanos: situações dos direitos humanos e informações dos relatores e representantes especiais.

Dia 19 de novembro

Durante a 50ª reunião da Terceira Comissão foram abordados os seguintes temas: (1) Promoção e proteção dos direitos humanos: questionamentos de direitos humanos, incluindo outras maneiras de melhorar a atuação efetiva dos direitos humanos e as liberdades fundamentais; (2) Promoção e Proteção dos direitos das crianças; (3) Eliminação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das formas conexas de intolerância; (4) Eliminação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das formas conexas de intolerância: aplicação e seguimento da Declaração e do Programa de Ação de Durban; (5) Promoção e



Proteção dos direitos humanos: questões de direitos humanos incluindo outros meios de uso efetivo desses direitos e das liberdades fundamentais; (6) Promoção e proteção dos direitos humanos: situações dos direitos humanos e informações de relatores e representantes especiais.

No período da tarde, durante a 51ª reunião da Terceira Comissão, foi abordado o seguinte tema: Promoção e proteção dos direitos humanos: situações dos direitos humanos e informações de relatores e representantes especiais.

Dia 20 de novembro

A 52ª reunião da Terceira Comissão, que trata dos temas sociais, humanitários, culturais e de direitos humanos, pauta incluiu os seguintes temas na pauta: (1) Desenvolvimento Social; (2) Promoção e Proteção dos direitos das criadas mulher: aplicação dos resultados da 4ª Conferência Mundial sobre a mulher e 23º período extraordinário de sessões da Assembleia Geral; (3), Direito a autodeterminação dos povos; (4) Promoção e proteção dos direitos humanos: aplicação dos instrumentos de direitos humanos; (5) Promoção e Proteção dos direitos humanos: questões de direitos humanos incluindo outros meios de uso efetivo desses direitos e das liberdades fundamentais.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2015

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES
PSB-SE

